

HABEAS CORPUS Nº 546.667 - SP (2019/0347804-3)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
IMPETRANTE : FLÁVIA MESSIAS MARTINS
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : FLÁVIA MESSIAS MARTINS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado por FLÁVIA MESSIAS MARTINS em benefício próprio, apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Na presente oportunidade, a impetrante/paciente narra, em redação confusa, que foi condenada à pena de 1 ano e 9 meses de reclusão em regime fechado, ocasião em que se encontrava em liberdade, tendo, contudo, sido presa, posteriormente, por determinação do Tribunal estadual, que contrariou, assim, o entendimento firmado pelo STF, em julgamento recente, o qual impede a execução provisória da pena antes do trânsito em julgado da condenação. Acrescenta que a paciente é primária, além de possuir residência fixa e trabalho, não representando, sua liberdade, qualquer risco à ordem pública.

Diante disso, pugna, inclusive liminarmente, pela concessão de liberdade mediante a expedição de alvará de soltura.

É o relatório. **Decido.**

Em uma cognição sumária, verifica-se que o *writ* não foi instruído com as peças processuais indispensáveis à compreensão da controvérsia, notadamente o ato apontado como coator na inicial ou quaisquer atos decisões precedentes. Ademais, não se colhe dos autos informações relevantes sobre o processo de origem que auxiliem na busca do andamento processual pelo sítio eletrônico do Tribunal de origem.

Todavia, em que pese a deficiência da instrução, em homenagem ao direito de amplo acesso ao Judiciário, entendo ser caso de solicitação de

Superior Tribunal de Justiça

informações às instâncias ordinárias, a fim de verificar eventual constrangimento a que esteja sendo submetido a impetrante/paciente.

Ante o exposto, **indefiro** a liminar.

Solicite-se informações ao Tribunal de origem, inclusive o **envio da senha** para acesso aos dados processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do CNJ.

Após, encaminhem-se os autos à Defensoria Pública da União para que adote as providências que entender cabíveis em favor do paciente, ante a ausência de defesa técnica.

Após, dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Intimem-se.

Dê-se ciência ao paciente.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator